

estabelece em seus Artigos 202 e 204, respectivamente, que "Toda pessoa poderá ser testemunha. O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito". Para composição do *corpus*, selecionamos depoimentos de testemunhas em diferentes processos-crime brasileiros dos Séculos XIX, XX e XXI. Os crimes ocorreram em cidades do Estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa buscou responder às perguntas: como as testemunhas estruturam o depoimento? Que dispositivos enunciativos organizam o depoimento? Os dados evidenciaram a ocorrência de zonas textuais em que o L1/E1 assume a responsabilidade enunciativa pelo conteúdo proposicional do seu dizer. Igualmente, encontramos a ocorrência de quadro mediativo, de acordo com a abordagem de Guentchéva (2011, p. 117), quando defende que "a mediatividade é a não assunção da responsabilidade enunciativa do conteúdo proposicional de um enunciado pelo enunciador". Os conceitos considerados no estudo têm uma estreita ligação, uma vez que tratar dos dispositivos enunciativos implica identificar a ocorrência de responsabilidade enunciativa e/ou de mediatividade. Nessa direção, explicitamos que as línguas latinas não têm, como, por exemplo, a língua búlgara, turca e algumas línguas indígenas a presença na forma verbal de um morfema que aponte para o interlocutor se o L1/E1 é responsável ou não pelo conteúdo proposicional do seu dizer. Quando os enunciados proferidos por L1/E1 evidenciam que ele não é responsável pelo seu próprio dizer, implica que ele não assume a responsabilidade enunciativa, configurando, assim, a mediatividade, nos termos de Guentchéva (2011), o que não deve ser confundido com a evidencialidade. Os dados mostram, também, a complexidade da organização de um texto, inclusive, surpreendendo, uma vez que há testemunha que remete a outras instâncias enunciativas, no entanto, nossa representação do gênero discursivo depoimento de testemunha levou-nos a supor que o L1/E1 focalizaria exclusivamente o que viu, notou, constatou, porém observamos o uso de formas verbais que não eram perceptivas, visto que houve remissão a outras fontes. Assim, os depoimentos revelam que o L1/E1 nem sempre assume a responsabilidade enunciativa pelo conteúdo proposicional do seu dizer.

Referências:

- Adam, Jean-Michel. A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL, Código penal. Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.
- Guentchéva, Zlatka. L'opération de prise en charge et la notion de médiativité. In. DENDALE, Patrick; COLTIER, Danielle (Dirs.) La prise en charge énonciative: études théoriques et empiriques. Bruxelles: De Boeck Duculot, 2011, p. 117-142.
- Rabatel, Alain. Postures énonciatives, variable générique et stratégies de positionnement. In. Analyse du discours et dispositifs d'énonciation: autour de travaux de Dominique Maingueneau. Limoges: Lambert-Lucas, 2015, p. 125-135

ATIVIDADES, GÊNEROS E PLANO DE TEXTO: RELAÇÕES HIERÁRQUICAS DE DIMENSÕES QUE SE INTERSETAM

Rute ROSA
NOVA _ CLUNL

Tema: Texto & Textualização

Palavras-chave: Interacionismo Sociodiscursivo; atividades; gêneros de texto; plano de texto; organizadores textuais.

No quadro teórico do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), a linguagem é encarada como forma de ação nas diferentes esferas de interação humana, os textos são os correspondentes empíricos e linguísticos das atividades de linguagem e o texto é resultado de uma "ação de linguagem situada" (Bronckart, [1997] 1999: 75). Além disso, na perspectiva do ISD, a produção de qualquer texto implica

a seleção e adaptação de um modelo de gênero, cuja estruturação geral depende das atividades humanas a que está associado (Bronckart, 2008: 40).

No *modelo da arquitetura interna dos textos* (um dos instrumentos de análise do ISD), o *plano de texto* integra a camada mais profunda (*infraestrutura geral*) e é responsável pela organização global do texto (Bronckart, [1997] 1999: 120). Para analisar o plano de texto, é necessário identificar os *mecanismos de organização textual* (gráficos e linguísticos) que segmentam, delimitam e agrupam as unidades textuais (Adam, 2008; Silva, 2016).

Neste sentido, o objetivo desta comunicação é analisar as relações de interdependência que existem entre as atividades sociais, os gêneros de texto e o plano de texto, bem como a forma como a interseção destas dimensões determina as características dos textos e dos gêneros. Para alcançar este objetivo, apresentamos uma análise textual qualitativa de um *corpus* constituído por seis textos dos gêneros *bula de medicamento*, *recensão crítica* e *edital acadêmico*, dois exemplares de cada. Ainda em termos metodológicos, privilegiamos uma análise descendente (Bronckart, [1997] 1999), contemplando as atividades a que estão associados os gêneros, os parâmetros do contexto de produção dos textos e os mecanismos de organização textual que intervêm na configuração do plano de texto.

A partir desta análise, verifica-se que o gênero *bula de medicamento* está associado à atividade farmacêutica. Os gêneros *edital acadêmico* e *recensão crítica* estão associados à atividade acadêmica. Contudo, enquanto as bulas e editais estão subordinados às normas da atividade legislativa, as recensões analisadas são regulamentadas pela atividade editorial. Relativamente ao plano de texto, constatamos que os *organizadores textuais* que intervêm na sua configuração são diferenciados nos três gêneros. No caso das bulas de medicamento, a estruturação do plano de texto é assegurada por mecanismos gráficos (intertítulos, gradação cromática e alinhamento do texto). Já nos exemplares do gênero *edital*, a pontuação, as marcas de lista e o espaçamento entre os blocos textuais são os mecanismos de organização textual que determinam a configuração do plano. Nas recensões, a delimitação e segmentação das unidades textuais são asseguradas por mecanismos gráficos (parágrafos e espaçamento) e por mecanismos de organização textual linguísticos, como por exemplo, *marcadores de integração linear* e *marcadores de mudança de topicalização* (Adam, 2008). Assim, concluímos que os organizadores textuais mobilizados estão subordinados aos gêneros em que se inserem os textos produzidos e às atividades sociais a que estão associados. Neste sentido, o plano de texto e as suas características são mais ou menos rigidamente pré-determinados pelo gênero selecionado, que, por sua vez, é regulado pelas atividades sociais de forma hierárquica.

Referências:

- Adam, Jean-Michel. (2008) *A linguística textual. Introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez Editora.
- Bronckart, Jean-Paul. ([1997] 1999) *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Raquel Machado. São Paulo: EDUC.
- Bronckart, Jean-Paul. (2008) "A atividade de linguagem frente à LÍNGUA: homenagem a Ferdinand de Saussure". In: Guimarães, A. M. de Matos; Machado, A. R. & Coutinho A. (Ed.), *O interaccionismo sociodiscursivo. Questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas: Mercado de Letras, pp. 19-42.
- Silva, Paulo Nunes da. (2016) "Gênero, conteúdos e segmentação: em busca do plano de texto" In: *Diacrítica*. Revista do centro de estudos humanísticos; série ciências da linguagem, n. 30/1, pp. 181-224.